

Avaliação das praças de Maringá, Estado do Paraná, Brasil

Bruno Luiz Domingos De Angelis^{1*}, Generoso De Angelis Neto², Christiane Rodrigues Mota¹, Cláudia Regina Scapin¹, Lúcia Riyoko Mano¹, Valdemir Sérgio Schiavon³, Alessandra Corsato Hoffmann⁴, Elise Savi⁴, Geisamaria Ferreira de Freitas da Silva⁴, Lígia Helena Recco⁴, Mariandi Barcos⁴, Mariângela Santana⁴, Paloma Rodriguez Fantini⁴, Renata Domingues⁴, Thaís Longhini Barbeiro⁴ e Vanessa Naomi Yuassa⁴

¹Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

²Departamento de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. ³Curso de Gastronomia, Centro Universitário de Maringá (Cesumar). ⁴Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: brucagen@uol.com.br

RESUMO. O presente trabalho buscou conhecer a realidade das 102 praças da Cidade de Maringá. Situada na Região Norte do Estado do Paraná, Maringá, foi fundada em 1947, projetada pelo arquiteto Jorge de Macedo Vieira. Para atingir o objetivo de se ter uma radiografia real desses logradouros, efetuaram-se dois levantamentos: quantitativo e qualitativo. No primeiro levantamento, quantificaram-se os equipamentos, estruturas e mobiliário existentes em cada praça; no segundo, avaliaram-se aqueles elementos do levantamento anterior. Como conclusão, constata-se a precariedade em que se encontra a maior parte desses logradouros, seja no tocante à sua manutenção, como na inexistência de estrutura mínima para que esses espaços possam cumprir sua função de ser o lugar da sociabilização, do encontro ou do simplesmente ficar.

Palavras-chaves: espaços públicos, praças, planejamento urbano, Maringá.

ABSTRACT. *Evaluation of the squares in Maringá State of Paraná, Brazil.* The purpose of this study was to know the reality of 102 squares of Maringá, situated in the north region of Paraná State. Maringá was built in 1947, projected by the architect named Jorge de Macedo Vieira. In order to achieve the aim of obtaining a real radiography of these public parks, two surveys were performed: a quantitative one and a qualitative one. In the first survey the equipment, structures and furniture of each square were quantified; in the second one, those elements of the previous survey were evaluated. As a conclusion the precariousness of most public parks is observed, not only concerning its maintenance but also when it comes to the lack of a minimum structure so that such spaces may accomplish their roles of socialization, meeting people or simply staying there.

Key words: public spaces, squares, urban planning, Maringá.

Introdução

Do romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos; porém, todos têm um ponto em comum: é o local da reunião, do encontro. As praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento (Rigotti, 1956). Microcosmos da vida urbana, as praças oferecem excitação e descanso, comércio e cerimônias públicas, um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar (Webb, 1990). Ardoroso defensor da arte nas praças, Sitte (1992, p. 25) escreve que nelas “[...] Concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exibições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes”. Para Lamas (1993), a praça é o lugar intencional do

encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas.

Nó formal que melhor representa a qualidade do espaço urbano, a praça constitui, por si só, um sucesso a atestar os valores sociais alcançados pela comunidade, que soube dar o justo valor às funções institucionais na organização civil (Orlandi, 1994). Lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias, a praça, segundo Cassetti e Lietti (1995), é considerada, desde sempre, como o âmbito da visibilidade, na qual aparecer significa existir na qualidade de ator social. De forma concisa, Sporn (1995) exprime bem o caráter das praças: lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política. Zuliani (1995) entende a praça como o lugar

privilegiado e tradicional de trocas, ponto de convergência de ruas e teatro de todas as forças sociais, eixo de cada movimento. Robba e Macedo (2002) afirmam que, mesmo havendo divergências entre os autores, todos concordam em conceituá-la como um espaço público e urbano, de convivência e lazer.

A função da praça alterou-se ao longo do tempo. Na antiguidade, sua função era bem mais rica de significado, não se limitando a lugar de cruzamento das vias públicas, estacionamento para automóveis ou de ponto para comércio de mercadorias as mais diversas. Esse estreitamento de sua função deu-se a partir do momento em que as estruturas logísticas dos mercados, a troca de informação e a própria informatização, aliadas ao processo de globalização, além do poder, com seus meios e seus símbolos, distanciaram-se da dimensão comunitária da coletividade, e se aproximaram do privado na sua dimensão familiar, se não, ao seu isolamento individual. Além de seu significado social, vamos ter a praça como espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade.

Qualquer um de nós tem, mesmo que sejam remotas, lembranças de uma praça onde, na infância, o balanço, a gangorra ou o escorregador faziam parte do universo de criança. Incorporado em nossas vidas de forma desinteressada e sorradeira, esse espaço foi por muito tempo, e ainda o é, um referencial que insiste em se fazer presente. E como que cobrando um “tempo bom” vivido junto a ele, e ante a agonia que hoje vive, pede socorro.

Constata-se que as praças sucumbem pela inépcia e incompetência do poder público e pelo desinteresse da população. Pode-se argumentar que a população, nos dias de hoje, não encontre nas praças o que ela já foi capaz de oferecer em outros tempos; é até compreensível essa realidade, tendo em vista o surgimento de espaços alternativos e outras opções de lazer. Mas daí ao poder público abandonar muitos desses logradouros à própria sorte vai uma grande diferença; mesmo que não houvesse uma só pessoa a frequentar praças, ainda assim, mantê-las e conservá-las seria obrigação do poder constituído.

Quando pensamos em praças no Brasil, de pronto nos vem uma imagem que se fixa sempre com mais frequência: um espaço pobre e abandonado. Quando não travestidas de estacionamentos ou cercadas por grades, as praças sucumbem sob o peso de um urbanismo sem planejamento. Nesse contexto, rouba-se da população um espaço nobre. Essa, por sua vez, sequer protesta pelo espaço que se esvai. É a cumplicidade passiva da população que alimenta atitudes dos gestores públicos nessa ação pautada

pela especulação e pelo descaso com a coisa pública. Por outro lado, temos ainda que os projetos de construção, intervenção ou reabilitação dos espaços públicos, de modo geral, vêm-se constantemente envolvidos por polêmicas que somente agravam sua penúria renitente.

Quase sempre, ditames políticos tornam-se norteadores de concepções que necessária e exclusivamente, deveriam ser técnicas, a partir de “leituras” sociológicas. Sobremaneira em nosso país, tal comportamento tem se tornado norma, resultando em espaços que não se coadunam com as reais necessidades dos seus usuários, muito menos se inserem na paisagem de forma harmônica. Se nos ativermos à questão das praças, constatamos a ausência de critério, que vai da elaboração do projeto à sua implantação. Não se atenta para o potencial da área, anseios da população lideira a ela, mobiliário mais adequado a cada caso, enfim, desenvolvem-se projetos padrões e implantam-se praças seriadas, nas quais a criatividade não tem vez.

A população e a configuração urbana não têm como prescindir do espaço público que é a praça. Se nos grandes centros habitados outras opções de lazer, ou mesmo outros logradouros públicos fazem-se presentes, é nas cidades interioranas e de menor porte que ela, a praça, revela toda a simbologia da centralidade e do espírito comunitário.

Maringá e suas praças

O cotidiano maringaense se desenvolve e gravita, em grande parte, em torno de suas praças. O centro político-administrativo formado pelo paço municipal, fórum e câmara dos vereadores situa-se junto a duas praças contíguas: Deputado Renato Celidônio e da Catedral. O trânsito da cidade flui por amplas avenidas, cuja monotonia é quebrada pela presença espaçada de praças em forma circular (rotatórias). Um dos principais eixos da cidade, a Avenida Getúlio Vargas, tem em suas extremidades duas praças: Raposo Tavares e Deputado Renato Celidônio. O ponto de maior apelo turístico, a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória, localiza-se em uma praça: da Catedral. É partindo da importância das praças na vida maringaense que se procura estudar e melhor conhecer esses espaços públicos.

Ombreada pela cultura do café, a colonização observada em Maringá e seu entorno apresenta particularidades próprias e, em parte, diferentes das demais que ocorreram no Brasil, e mesmo no Estado do Paraná, só se assemelhando - guardadas as especificidades de cada uma - àquela da Alta Sorocabana, que lhe foi anterior. Acompanhou de modo empresarial e organizado o avanço da “onda cafeeira”, dirigido, de um lado, pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e outras empresas particulares e, de outro, pelo próprio Estado (Luz,

1988).

Bruand (1981, p. 72) assim se refere às cidades geradas pelo movimento de expansão da frente pioneira que vem da Alta Sorocabana e se estende ao Estado do Paraná:

Muitas cidades nascidas umas após as outras no Oeste do Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, à medida que as plantações de café avançam para o interior. Uma rede, muito densa para o Brasil, surgiu dessa maneira em alguns anos; cidades como Marília e Londrina, fundadas em 1933, ou como Maringá, uns dez anos mais nova.

A essas experiências de colonizações ocorrentes nas décadas de 20 e 30 no Estado do Paraná, Marx (1980) a elas se refere como “excepcionais” quanto ao feitio característico dos aglomerados urbanos, enumerando os fatores dessa excepcionalidade: o tipo do sítio disponível numa paisagem muito homogênea; o trem, novo meio de transporte; e a rápida divisão e venda dos terrenos.

Impulsionada pela dinâmica da expansão cafeeira e pelas excelentes condições locais, a cidade experimentou um crescimento vertiginoso. Com a substituição da economia cafeeira, houve um esvaziamento demográfico da área rural em todo o norte-noroeste do Paraná. Foi um período de intenso movimento migratório no Estado, com um contingente considerável de população rural procurando fixar-se nos núcleos urbanos mais próximos. Para a cidade de Maringá convergiu um grande fluxo de população, que se espalhou pela periferia, deficitária em infra-estrutura e equipamentos urbanos, gerando espaços cujos padrões urbanísticos não acompanharam a área urbana já consolidada.

Se, por um lado, o rápido crescimento de uma cidade sem o devido planejamento propicia o surgimento de áreas carentes em infra-estrutura como redes de água, luz e esgoto, o que dizer então, de estruturas outras como praças, arborização urbana e parques. Entendemos que é impossível a busca da qualidade ambiental, e mesmo de vida, se existir uma dicotomia pautada por critérios de exclusão.

A presença do “verde” nas cidades ou de espaços livres (praças e parques) em área proporcional ao número de habitantes é sinônimo de qualidade de vida que não relativiza nem prioriza uma estrutura em detrimento da outra, antes, atesta o elevado grau de civilidade de um povo. Maringá não tem sido exceção ao critério que nos parece comum a muitos dos municípios brasileiros, de se conferirem diferentes graus de importância para as suas estruturas urbanas.

É assim que verificamos a menor importância que as sucessivas administrações públicas têm dado às praças maringaenses. Nesse contexto, o presente trabalho procurou conhecer as 102 praças da cidade

de Maringá, Estado do Paraná, a partir de levantamentos de natureza qualitativa e quantitativa. Outro objetivo buscado pela pesquisa é o de se ter uma radiografia da situação das praças maringaenses, a qual pode vir a subsidiar o poder público na adoção de políticas públicas para o setor. Políticas essas voltadas para a implantação de novos logradouros e/ou revitalização dos existentes.

Material e métodos

Para se atingir o objetivo de avaliação das praças maringaenses, fez-se uso do levantamento de campo e de sua interpretação. O levantamento de campo foi realizado no período de fevereiro a julho de 2004, tendo a cidade de Maringá, Estado do Paraná, sido dividida em 7 regiões: central (19 praças), norte (14 praças), leste (14 praças), oeste (13 praças), centro-norte (14 praças), centro-leste (15 praças) e centro-sul (13 praças). Considerando que a pesquisa está alicerçada em um levantamento que focaliza dois aspectos das praças - qualitativo e quantitativo -, adotou-se a método proposto por De Angelis (2000), o qual comporta duas fichas para coleta das informações e avaliação: (a) levantamento quantitativo; (b) avaliação qualitativa.

Levantamento quantitativo de equipamentos e estruturas

Por meio da ficha (a), avaliou-se a existência ou não de equipamentos e estruturas. A escolha das estruturas e equipamentos que compõem o presente formulário levou em consideração o que mais comumente se encontra nas diversas praças maringaenses, totalizando 22 diferentes itens.

Avaliação qualitativa de equipamentos e estruturas

Com a ficha (b), avaliou-se o estado de conservação das estruturas e equipamentos ocorrentes nas praças, além de suas características de ambiência.

Cada um dos 30 itens presentes na ficha (b) foram avaliados pelos conceitos: péssimo, regular, bom e ótimo, aos quais correspondem notas que variam numa escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), conforme segue: 0 —| 1,0 ↔ péssimo; 1,0 —| 2,0 ↔ regular; 2,0 —| 3,0 ↔ bom; 3,0 —| 4,0 ↔ ótimo.

No intuito de se evitar que um mesmo equipamento ou estrutura tivesse diferente avaliação em diferentes praças, estabeleceram-se parâmetros fixos de avaliação. Dependendo do elemento em foco consideraram-se na avaliação: condições de conservação, disponibilidade para uso, qualidade do material utilizado, manutenção, conforto, funcionalidade, entre outros. Na sequência, elencam-se os parâmetros utilizados na avaliação de cada um dos itens da ficha (b).

✓ Bancos: estado de conservação; material

empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; desenho; quantidade.

✓ Iluminação: alta ou baixa - em função da copa das árvores; tipo - poste, super poste, baliza, holofote; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípua.

✓ Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação.

✓ Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.

✓ Telefone público: localização - na praça, próximo ou distante de; conservação.

✓ Bebedouros: tipo; quantidade; condições de uso; conservação.

✓ Piso: material empregado; funcionalidade e segurança; conservação.

✓ Traçado dos caminhos: funcionalidade; largura; manutenção; desenho.

✓ Palco/coreto: funcionalidade; conservação; desenho; uso - freqüente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.

✓ Monumento/estátua/busto: significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.

✓ Espelho d'água/chafariz: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.

✓ Estacionamento: conservação; sombreamento; segurança.

✓ Ponto de ônibus e de táxi: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.

✓ Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; esportes passíveis de serem praticados; cercada.

✓ Equipamentos para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade; material empregado; conservação.

✓ Estrutura para terceira idade: estruturas existentes; conservação; compatibilidade de uso com os usuários.

✓ Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação; compatibilidade de uso com os usuários.

✓ Banca de revista: localização - periférica ou central, em evidência ou não; material empregado em sua construção; desenho; estética - se compatível com a praça.

✓ Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria, higiene; estética; localização.

✓ Segurança: em função da localização, freqüência de pessoas, policiamento e conservação.

✓ Manutenção das estruturas físicas: estado geral dos equipamentos e estruturas

✓ Limpeza: varrição dos gramados e caminhos.

✓ Localização: se próxima ou distante de centros habitados; facilidade de acesso.

✓ Vegetação: estado geral; manutenção.

✓ Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do 'verde' no conjunto.

✓ Conforto acústico: presença de agentes causadores de barulho.

✓ Conforto térmico: relação entre área sombreada e não; impermeabilização da área da praça e seu entorno.

✓ Conforto visual: harmonia entre elementos construídos e vegetação; característica visual do entorno.

Após a avaliação conduzida em cada praça sobre os itens considerados efetuou-se a média aritmética simples, obtendo-se uma nota final e, conseqüentemente, um conceito, o qual permitiu classificá-la nos diferentes estados de conservação.

Resultados e discussão

As praças de Maringá desempenham função de elemento estruturador da malha urbana, que, de acordo com De Angelis (2000), 39,4% são de forma circular, e estão inseridas, espaçadamente, ao longo das principais avenidas. Essa disposição foi planejada objetivando o fluxo mais rápido do trânsito. O que primeiro se pensou para esses espaços foi tê-los como um elemento coadjuvante do trânsito. Prova disso é que, ao serem projetados, foram nominados de rotatórias e, só mais tarde, por praças. No entanto, isso não as invalida enquanto praça.

Uma praça pode perfeitamente ser desprovida de qualquer estrutura ou equipamentos e, ao mesmo tempo, ser considerada como tal. É o caso de inúmeras e importantes praças mundo afora que com amplos relvados¹ ou mesmo impermeabilizadas², constituem exemplos notórios desse estilo. No entanto, segundo De Angelis (2000), inaceitável é chamar de praça um terreno baldio onde viceja o mato, tendo por serventia funcionar como depósito de lixo e entulho; nessa situação encontram-se, hoje, 16,2% das praças maringaenses. Comumente são as chamadas "praças políticas ou eleitoreiras", cujo fim único é o de colocar em evidência um político que faz aprovar em câmara legislativa uma lei para criar esses espaços que já nascem mortos - são as "praças de papel".

Uma radiografia da situação das praças maringaenses permite constatar que dois terços delas se encontram em péssimo ou regular estado de conservação, o que bem denota o descaso do poder público para com esses espaços. Procedeu-se à

¹ Piazza dei Miracoli (Pisa); Grosvenor Square e Russel Square (Londres).

² Piazza San Marco (Veneza); Piazza del Campo (Siena); Piazza Navona e Piazza San Pietro (Roma); Western Plaza (Washington).

análise de apenas parte dos equipamentos e estruturas levantados junto às praças, focando sua discussão naqueles que, entendemos, apresentam uma maior importância, seja pelo seu uso e função, ou por serem os de maior conhecimento por parte da população. Os elementos analisados foram: placa de identificação do logradouro, sanitários, bebedouros, equipamentos para prática de exercícios físicos, estrutura para terceira idade, quadras esportivas, bancos, sistema de iluminação, lixeiras, caminhos e parque infantil.

Alguns dados chamam atenção no levantamento quali-quantitativo, conforme apresentado na sequência.

✓ Das 102 praças, 41 apresentam uma placa que as identifica. Em princípio, a análise de um item dessa natureza pode parecer desnecessária e sem maior importância. Ocorre que, no mínimo, a identificação de todo e qualquer logradouro serve como referencial de localização dentro da malha urbana. Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de, comumente, o nome dado ao espaço público referenciar uma parte da história, seja ela local ou mais abrangente. A praça não deve ser vista somente a partir das suas funções estética, de lazer e ecológica. Ela precisa ser entendida enquanto estrutura que acompanhou (aquelas antigas) e acompanha (praças novas) os processos de transformação da sociedade local. Prova disso reside, justamente, nos topônimos a elas conferidos. A praça evoca também, reminiscências para todos: seja a lembrança da própria cidade, de um bairro, de uma rua. Por essa razão, a presença de uma simples placa que identifique, no caso presente, uma praça, é tributo justo e reconhecimento a um espaço da maior significância.

✓ No universo das 102 praças constata-se que 3 apresentam sanitários. O restrito número de praças com sanitários pode ser entendido como a necessidade que essa estrutura demanda por manutenção diária. Em assim não sendo, ter-se-ia um ambiente sem o mínimo de higienização.

✓ Da mesma forma que para o caso dos sanitários acima analisado, apenas 3 praças são dotadas de bebedouros. A menção ao termo bebedouro pode pressupor um equipamento elétrico mais elaborado, o que, para o presente caso de estudo não procede, visto que se estabeleceu como bebedouro toda e qualquer estrutura que permitisse ser utilizada com o objetivo de saciar a sede no espaço da praça.

✓ Das 102 praças analisadas, 4 apresentam equipamentos para prática de exercícios físicos. Os equipamentos para prática de exercícios físicos, mesmo em sendo estruturas das mais simples e de baixo custo, não compõem o conjunto das praças de Maringá. Sem maiores custos, uma barra horizontal ou uma prancha de madeira enriqueceria qualquer praça, ao mesmo tempo em que se constituiria em um atrativo adicional para que as pessoas frequentassem

mais esse espaço, a despeito dos críticos afirmarem que, dessa forma, a praça passaria a constituir-se em complexo poliesportivo.

✓ Estruturas para 3ª idade, vamos encontrar em 11 praças. A tendência mundial de elevação da expectativa de vida ocasiona um incremento no número de pessoas incluídas no grupo denominado terceira idade. Ao poder público, compete oferecer opções de lazer a esse segmento, fazendo com que seu tempo ocioso seja preenchido por uma atividade qualquer. Nesse contexto, surge a praça como espaço alternativo onde as opções podem ser de descanso, contemplação ou recreação. Para que se alcance esse objetivo, faz-se necessária uma estruturação mínima, compatível com as necessidades e condições desse grupo. Maringá ainda está longe de oferecer coisa semelhante aos seus idosos, visto que nenhuma das praças estudadas apresenta tais estruturas.

✓ Em 14 praças encontramos quadra esportiva. A prática de esportes na praça é uma forma de se atrair a população a esse espaço, sobretudo àquelas praças situadas em áreas residenciais. Sem maior sofisticação, uma cancha de areia é estrutura que atende a contento as necessidades de parcela considerável da população que mora próxima à praça. A qualidade de uma quadra esportiva pode ser avaliada em função de sua manutenção, da presença de cerca (alambrado) e sistema de iluminação noturna, o que permite seu uso também nesse período.

✓ Os bancos estão presentes em 42 praças. Não necessariamente uma praça deva ter bancos. Exemplo mais notório dessa afirmação encontramos na Praça da Catedral, onde mesmo não havendo bancos em sua área, é a praça de maior afluxo de pessoas. E não nos referimos aos turistas e/ou visitantes atraídos pela arquitetura daquele monumento religioso, mas sim aos frequentadores dos finais de semana. Porém, sempre que possível, dotar esse espaço com tal equipamento é interessante, sobretudo para uso de pessoas que compõem a terceira idade. Por ser o local do encontro e da socialização, os bancos desempenham papel importante na busca desse pressuposto.

✓ Quanto à iluminação, constatamos que as luminárias se fazem presentes em 48 das 102 praças. As praças públicas, de um modo geral, são mal planejadas quando se trata de iluminação, tornando-se um problema mais sério no período noturno. Via de regra, vamos encontrar explicação para essa “escuridão” no fato de que, quando implantadas, as luminárias escolhidas, geralmente, são postes altos de 6 a 12 m de altura com luminárias do tipo “pétala” ou “trevo”. Esses postes iluminam uma área maior, necessitando-se de poucos para cobrir toda a área da praça. Porém, depois de as árvores atingirem seu estágio adulto, vedam a passagem da luz,

escurecendo a praça. A avaliação qualitativa com relação ao presente item permite afirmar que o sistema de iluminação rebaixado atende mais satisfatoriamente a ação de iluminar.

✓ A presença de lixeiras nas praças analisadas é de ocorrência restrita, haja visto que somente 12 das 102 praças apresentam-na. O uso de lixeiras em espaços públicos tem por objetivo mantê-los limpos e retrata o grau de civilidade, educação e cidadania da população, quando efetivamente utilizadas. Por outro lado, para que esses equipamentos atinjam seu objetivo, é preciso que sejam confeccionados em material adequado, existam em quantidade suficiente e dispostos de forma racional ao longo do espaço. No presente caso, dois pontos devem ser registrados: a falta de lixeiras ou, quando existentes, inadequadas para a função a que se destinam; e a falta de civilidade por parte da população que não faz uso dessas estruturas, sujando não só as praças, mas também vias e passeios.

✓ Das 102 praças estudadas, constata-se em 42 a presença de caminho com algum tipo de revestimento. É questionável a não-existência de piso e/ou caminhos calçados em uma praça, mesmo que o elemento de destaque seja um extenso gramado. Sua presença, pelo menos no perímetro externo, é de fundamental importância, uma vez que esse expediente facilita a circulação das pessoas em dias de chuva, sem a necessidade de transitar pela grama molhada ou pela via pública.

✓ As praças maringense, de acordo com os dados levantados, não privilegiam as crianças, uma vez que em um universo de 102 praças, somente 19 apresentam parque infantil. Além de um número reduzido de praças com parque infantil, aquelas que o contêm, apresentam-nos em péssimas condições de conservação, sem dizer do material utilizado em sua confecção, ferro, facilmente deteriorável pelo tempo, e o uso de cores que agredem a paisagem local. Os brinquedos existentes nas praças de Maringá, e ainda em condições de uso, ignoram a capacidade psicomotora das crianças, transformando-as em meros fantoches estáticos, ora sacolejados, ora empurrados, ora transformados em peão nas mãos de adultos.

Sugestões/Recomendações

Objetivando uma melhor compreensão das sugestões, dividimo-las em três grupos: praças existentes, praças a serem implantadas e estrutura e operacionalização.

Praças existentes

É possível distinguir em Maringá três tipos de praças, seja com base em sua localização ou em sua função: aquelas centrais, as de periferia (ou de bairros

residenciais) e as rotatórias.

✓ As praças centrais poderiam ser administradas (implantação e/ou manutenção) pela iniciativa privada, cuja contrapartida da prefeitura seria ceder espaço nessa mesma área, mediante disciplinamento, para veiculação de propaganda. Isso é feito com sucesso em muitas cidades. Essas praças deveriam ser reestruturadas segundo parâmetros mínimos definidos pela prefeitura, de tal forma que não se criem espaços medíocres, ainda piores do que aqueles existentes.

✓ As praças situadas nos bairros residenciais poderiam ser administradas pelos moradores da região, via associação de bairros, cabendo à prefeitura o repasse de materiais para sua manutenção (pedra, cimento, areia, lâmpadas para luminárias, mudas de plantas, bancos,...) e assessoramento técnico. A população entraria com a mão-de-obra, que poderia ser dos próprios moradores do bairro, visto que, entre eles, há pedreiros, eletricitas, jardineiros e profissionais de diversas áreas. Além disso, quem se envolvesse nessa atividade teria abatimento no IPTU. Se, em algum momento, os moradores do bairro quisessem incrementar o logradouro, em não havendo recursos financeiros na prefeitura, certamente os próprios, por já terem criado uma mentalidade de apego ao local, se encarregariam de levantar os recursos necessários. Ainda com relação a essas praças, e consoante com seu espaço físico, seriam áreas dotadas com quadra esportiva, cancha de bocha ou malha, mesas quadriculadas, equipamentos simples que tirassem das ruas os jovens, propiciassem aos idosos alguma atividade lúdica e tornasse todo o ambiente um local apropriado à sociabilização. Como agente motivador de todo esse trabalho, periodicamente, seriam implementados concursos para escolha da(s) praça(s) melhor(es) cuidada(s), cuja premiação poderia ser algum benefício ao próprio logradouro.

✓ As praças que em Maringá, são denominadas rotatórias são aquelas situadas nas avenidas principais que auxiliam o fluir do tráfego. Localizadas principalmente ao longo de toda a Av. Brasil, elas seriam mantidas pela própria prefeitura, uma vez que a cessão de uso para a iniciativa privada ensejaria a colocação de placas de propaganda, o que acabaria por prejudicar a dirigibilidade no trânsito. Além do mais, é preciso que a prefeitura entenda que todo esse processo é uma parceria da qual ela é peça de fundamental importância, sendo que os demais estão prestando um favor a quem, de fato, caberia fazer todo esse trabalho.

Praças a serem implantadas

Preocupa-nos o surgimento em Maringá, nos últimos anos, de grande número de novos loteamentos, os quais, situados na região periférica da cidade, acabam por serem os mais penalizados

quando se trata de áreas públicas destinadas ao lazer. Em decorrência disso, e tendo em vista a impossibilidade do poder público de implantar e conservar novas praças, julgamos oportuno que a loteadora e/ou incorporadora se encarregue de implantá-las em área compatível ou proporcional a do loteamento, mediante projeto aprovado pela prefeitura.

Estruturação e operacionalização

O planejamento e a organização em qualquer atividade humana são condições essenciais para o sucesso. O trabalho racional, pautado pela eficiência e por um corpo técnico competente, deveria ser norma no serviço público. Da mesma forma, os diversos setores que o compõem deveriam ser enxutos e funcionais. Nesse contexto, sugerimos especificamente à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, responsável pelas praças de Maringá, o que se segue.

- ✓ A implantação de setor específico que se encarregue da implantação e manutenção das praças.
- ✓ A utilização dos profissionais em área de sua formação, privilegiando a competência e o conhecimento em detrimento de conchavos políticos.
- ✓ A contratação de mão-de-obra para fazer frente à demanda por serviços que apresentam as praças de Maringá.
- ✓ Dotar as praças de material mínimo para sua manutenção (comumente, utilizam-se folhas de palmeiras para sua varrição).
- ✓ E, por fim, fazer da criatividade um instrumento de uso contínuo na busca de soluções para os problemas.

Conclusão

Conclui-se por uma situação generalizada de abandono das praças maringaenses. Em maior ou menor escala, vamos encontrá-las com piso esburacado, bancos quebrados, luminárias que sequer funcionam, o mato vicejando onde deveria haver grama e a sujeira tomando conta do espaço. Todas essas colocações desembocam, impreterivelmente, em um único ponto: a falta de política pública continuada e sistemática para o setor de praças em Maringá. Uma política que se preocupasse não em tapar buracos ou “caiar” pisos e meios-fios desses logradouros, mas sim, em promovê-los, recuperá-los, valorizá-los; resgatar sua importância para a cidade como espaço público por excelência, daquela que ostenta padrões de qualidade de vida compatíveis aos de primeiro mundo. A falta de política acabará por levar as praças maringaenses a uma situação de penúria. Essa deficiência, seja nos instrumentos de gestão ou na falta de disposição, já se faz sentir naquelas da periferia da cidade, longe da vista da maioria. É nosso entendimento que não seria de todo

complicado para o poder público dar um novo ordenamento às praças maringaenses, visto que problemas mais sérios ainda não as afetam, como tem sido comum a tantas outras cidades; problemas como o vandalismo recorrente, a ocupação sistemática por parte dos camelôs, dos desocupados e da população de rua; sem dizer que há uma disposição popular de preservar esses espaços. Bastaria, para tanto, vontade política. Essa que parece ser a mãe de todas as mudanças.

Referências

- BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CASSETI, F.; LIETTI, R. La piazza televisiva. In: VITALE, M.; SCAFOGLIO, D. (Org.). *La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazioni*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995. p. 225-233.
- DE ANGELIS, B.L. D. *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá, PR*. 2000. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LAMAS, J.M. R.G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- LUZ, F. *As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “Norte Novo de Maringá” - 1950/1980*. 1988. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- MARX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.
- ORLANDI, A. *Il paesaggio della città: spazi aperti, giardini, parchi e struttura urbana*. Roma: Gangemi, 1994.
- RIGOTTI, G. *Urbanistica - la tecnica*. 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1956.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002. [Coleção Quapá].
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- SPIRN, A. W. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. Trad. Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.
- WEBB, M. *The city square*. London: Thames and Hudson, 1990.
- ZULIANI, S. L'enigma della piazza. In: VITALE, M.; SCAFOGLIO, D. (Org.). *La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazioni*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995. p. 279-289.

Received on January 20, 2005.

Accepted on November 29, 2005.

Ficha (a) – Levantamento quantitativo

Praça n.º: _____ Nome da praça: _____ Localização: _____ Forma geométrica: ☐ quadrangular ☐ circular ☐ retangular ☐ outra Data do levantamento: ____/____/____ Levantamento efetuado por: _____		
EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NÃO
01. Bancos: quantidade e material 02. Iluminação: () alta - () baixa 03. Lixeiras: quantidade 04. Sanitários 05. Telefone público: quantidade 06. Bebedouros 07. Caminhos: material: 08. Palco/coreto 09. Obra-de-arte: () monumento () estátua () busto 10. Espelho d'água/chafariz 11. Estacionamento 12. Ponto de ônibus 13. Ponto de táxi 14. Quadra esportiva: quantidade: 15. Para prática de exercícios físicos: equipamentos 16. Para terceira idade: estruturas: 17. Parque infantil: equipamentos: 18. Banca de revista 19. Quiosque de alimentação ou similar 20. Identificação 21. Edificação institucional 22. Templo religioso 23. Outros		

Fonte: De Angelis, 2000.

ITENS AVALIADOS	NOTA
01. Bancos 02. Iluminação alta 03. Iluminação baixa 04. Lixeiras 05. Sanitários 06. Telefone público 07. Bebedouros 08. Piso 09. Traçado dos caminhos 10. Palco/coreto 11. () monumento () estátua () busto 12. Espelho d'água/chafariz 13. Estacionamento 14. Ponto de ônibus 15. Ponto de táxi 16. Quadra esportiva 17. Equipamentos para exercícios físicos 18. Estrutura para terceira idade 19. Parque infantil 20. Banca de revista 21. Quiosque para alimentação e/ou similar 22. Vegetação 23. Paisagismo 24. Localização 25. Manutenção das estruturas físicas 26. Limpeza 27. Segurança 28. Conforto acústico 29. Conforto térmico 30. Conforto visual Outros	

Fonte: De Angelis 2000.